

A Educação e a Conservação do Espaço Público: brinquedo das praças como um ponto de observação

Francisca Alynne Ribeiro Rolim

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Profa. Dra. Camila Holanda Marinho

Universidade Estadual do Ceará - UECE

<https://revistas.uece.br/index.php/inovacaotecnologiasocial/article/view/11079>

Resumo

Os espaços públicos são essenciais e favoráveis para fortalecer os laços de convivência e socialização entre os indivíduos, possibilitando os acontecimentos de práticas sociais, momentos de lazer, encontros ao ar livre e manifestações de vida urbana e comunitária que favorecem o desenvolvimento humano, como também, são determinantes na qualidade de vida porque esses espaços são locais de encontros, relações e convívio entre os mais diversos grupos que compõe a comunidade, por isso, é tão importante mantê-los preservados. Dito isso, investir em educação ambiental e preservação de espaço público é necessário para construir valores sociais, conhecimentos, consciência e atitudes para a conservação dos espaços que são um bem de uso comum do povo, essencial para desenvolvimento social e bem estar coletivo.

Palavra-chave espaço público; preservação; educação.

Abstract

Public spaces are essential and favorable to strengthen the bonds of coexistence and socialization between individuals, enabling the events of social practices, leisure time, outdoor meetings and manifestations of urban and community life that favor human development, as well as, are decisive in the quality of life in urban society, because these spaces are places for meetings, relationships and coexistence between the most diverse groups that make up the community, which is why it is so important to keep them preserved. That said, investing in environmental education and preservation of public space is necessary to build social values, knowledge, awareness and attitudes towards the conservation of spaces that are a common good for the people, essential for social development and collective well-being.

Key-word public space; preservation; education.

Introdução

Reflexão sobre o espaço público e a sua preservação

Na pesquisa sobre o Programa Mais Infância Ceará, que é uma política pública voltada para infância, com propostas que visam atender todas as fases de uma criança, desde a gestação até as fases escolares, com ações articuladas para combater a desigualdade, promover a justiça social e o desenvolvimento integral da criança por meio de quatro eixos: Tempo de Nascer, Tempo de Crescer, Tempo de Aprender e Tempo de Brincar.

O eixo Tempo de Brincar é o eixo que revitaliza os espaços públicos para o lazer porque tem como foco os benefícios das brincadeiras e da ludicidade para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional, integrado ao convívio familiar, além da socialização e de sua integração à cultura da comunidade. De acordo com o que está descrito no Art. 6º, no inciso III, da Lei Mais Infância Ceará, nº17.380, que o Tempo de Brincar compreende o brincar como ferramenta para o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças, além do convívio familiar, concentrando-se na implantação e na revitalização de espaços públicos adequados ao desenvolvimento infantil, para a socialização e a sua integração com a cultura de sua comunidade, com a construção e revitalização de espaços públicos, favorecendo ações de arte, cultura e lazer nas praças municipais.

Dito isso, umas das ações do eixo Tempo de Brincar são as brinquedopraças. A Brinquedopraça é um espaço comunitário de convivência, em que o município já dispõe de uma praça ou de um espaço, do qual não é extraído o seu melhor proveito por diversos fatores, e com essa ação, o espaço em que se encontrava em desuso será revitalizado e requalificado. O espaço é de 230 m² cercado, tem piso anti-impacto e disponibiliza uma casinha dupla, com ponte de playground, uma casinha dupla com ponte de eucalipto, escorregadores com balanço triplo, gangorras, município garantir o bom estado de conservação dos brinquedos.

Desse modo, na pesquisa Avaliação De Políticas Públicas para a Infância na cidade de Fortaleza: O Programa Mais Infância Ceará, durante as visitas das ações, foram escolhidas três brinquedopraças, em bairros diferentes, para analisar os benefícios, a aceitação e a conservação, e os bairros visitados, foram: Maraponga, Lago do Jacaré e a comunidade da Babilônia no Jardim Castelhão, são três bairros com realidades diferentes na cidade de Fortaleza - Ceará.

Como já dito, a visita tinha o objetivo de saber os impactos positivos desse espaço na comunidade e durante essa visita observou-se o estado em que cada uma se encontrava e essa observação fez com que, naturalmente, levantasse um comparativo de uso e preservação, e assim, surgiram alguns questionamentos.

Ressalta-se que as brinquedopraças foram entregues em datas diferentes, com diferença de meses, no entanto, a brinquedopraça mais nova estava menos preservada que a outra mais velha, o que pode ter várias explicações, mas algumas perguntas foram levantadas. Qual motivo de um espaço entregue em uma comunidade está menos preservado que a outra? A qualidade do equipamento foi inferior ao do outro? Falta de cuidado por parte da comunidade? De quem é a responsabilidade? O que fazer?

Haja visto, que apesar de o espaço ser público, o equipamento, a manutenção, e todo o resto, são feitos com o dinheiro do povo. É importante compreender que o espaço público não é um bem de ninguém, é de todos e cada cidadão pagou por ele. As calçadas, as ruas, as praças e demais ambientes de convivência pública são extensão da nossa casa, cabe a cada um assumir o compromisso de conservá-los.

Sendo assim, reforça-se a importância da preservação dos espaços públicos porque estes ambientes são favoráveis para fortalecer os laços de convivência e socialização entre os indivíduos, possibilitando os acontecimentos de práticas sociais, momentos de lazer, encontros ao ar livre e manifestações de vida urbana e comunitária, que favorecem o

desenvolvimento humano, bem como, também são determinantes na qualidade de vida, pois são o locais de encontros, relações e convívio entre os mais diversos grupos que compõe a comunidade.

Dessa maneira, podemos considerar espaços públicos qualquer área de domínio governamental, seja municipal, estadual ou federal, livre para o uso da população em geral, criado para a interação das pessoas, sendo ambientes abertos, como, ruas, calçadas, praças, praias, jardins ou parques, e ambientes fechados, como bibliotecas e museus. E a preservação desses espaços de lazer se destaca nas necessidades sociais, pois além de tornar a cidade um local agradável e de opções para passear com a família e receber turistas por proporcionar ao cidadão momentos de descontração e socialização com outros indivíduos. E para isso, deve-se conscientizar o cidadão sobre a importância do cuidado desses espaços por meio da interação, diálogo, compartilhamento de experiência e exemplos que geram contribuições criativas e significativas para o bem comum.

Ademais, ressalta-se que os espaços públicos são de responsabilidade do governo; as prefeituras, por exemplo, cuidam das praças, fazendo a manutenção dos bancos e dos jardins, mas a população deve ajudar a preservar e cuidar dos espaços públicos. Se, por um lado, os governantes devem equipar e manter esses espaços, por outro a população que irá usufruir precisa se responsabilizar pela a sua conservação.

Primeiro passo: Educação

A democratização do espaço é essencial para o lazer e para um maior processo de socialização porque não é somente um espaço para o lazer, mas um espaço que também se constrói a cidadania. Por certo, a educação é um canal nesse processo de conscientização. Orientando, demonstrando e exemplificando o direito de usufruir e o dever de cobrar e questionar quando não é oferecido áreas de lazer, e quando é oferecido, deve-se preservar.

No entanto, é comum se ver espaços públicos cheios de lixos e depredados, o que nem sempre é descuido do gestor ou da secretaria responsável, são também devastações ocasionadas pela população. Diante dessa perspectiva entende -se que a falta de educação patrimonial e ambiental se apresenta como uma consequência dessa assolação, como também, investir nela pode ser a resolução desse problema.

A Constituição Federal de 1988, no art. 216, assegura que o Estado deve promover a preservação do patrimônio público. Entretanto, não adianta somente investir em obras públicas se a população não tem conhecimento da importância de preservar esses espaços que são entregues a elas, sendo assim, a educação pode ser a base para a resolução do problema. A administração pública deve diligenciar na conservação de espaços públicos e limpeza dos centros urbanos contemplando os princípios da eficiência, legalidade e moralidade, contudo, a população deve ter as suas responsabilidades, combatendo o vandalismo e o descarte de lixo nesses ambientes.

Subitamente, observa-se que nas áreas periféricas a sujeira e a desgabo são mais evidentes. Segundo Túlio Chiarini (2006), o impacto da degradação ambiental é desigual entre pobres e ricos e que “a pobreza pode induzir os pobres a depredar ainda mais os recursos naturais e degradar o ambiente”. Tudo bem que estamos falando da preservação de um espaço público, mas a falta de educação ambiental e o não cuidado de espaços diversos se estendem as praças, as ruas, as quadras, as escolas do bairro.

O texto Pobreza X Degradação Ambiental: Existe Correlação? Uma análise estatística para o Paraná, (2013), as autoras acreditam que a qualidade de vida dos indivíduos também influencia na qualidade ambiental e que “a relação entre a pobreza e a degradação ambiental está ligada aos níveis de renda da população”. Nesse estudo, Kelli Patrícia Pereira (2013) e Janete Leige Lopes (2013) trouxeram as considerações de que os municípios do Paraná com maior “Disposição Inadequada de Resíduos Sólidos” são também os que possuem o maior percentual de pessoas vivendo em estado de pobreza e desigualdade, mas também não se verificou uma relação direta com a desigualdade de renda dos municípios paranaenses

citados com o número de autuações por “Disposição Inadequada de Resíduos Sólidos”. Para esse estudo, as autoras usaram o método estatístico e da base de dados do IAP – Instituto Ambiental do Paraná e do IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

Em um outro contexto, os autores, Barbier (2000) e Leonard (1992) defendem que a pobreza é um dos principais problemas da devastação ambiental, e a própria pode infligir sérios danos aos pobres já que suas vidas dependem do uso de recursos naturais e suas condições de vida oferecem pouca proteção contra poluição do ar, água e solo.

Ademais, as autoras Kelli Patrícia Pereira (2013) e Janete Leige Lopes (2013)¹ também citaram análise que defende que a pobreza pode induzir os pobres a depredar ainda mais os recursos naturais e degradar o ambiente, acreditando assim estar garantindo um modo de vida, como é corroborado por Comim (2002), enquanto para a Waquil et al. (2004) defende que não existe relação entre a pobreza e a degradação ambiental, em alguns momentos tem-se a pobreza acarretando a degradação ambiental em outros a degradação ambiental é quem aumenta a pobreza e, em outros momentos não se tem relação alguma.

Assim sendo, as diversas visões sobre essa temática dificultam a uma conclusão plausível porque todos os argumentos fazem muito sentido. Até porque, os espaços mais segregados costumam apresentar uma baixa disponibilidade de infraestruturas, como pavimentação, saneamento básico, espaços de lazer, entre outros. Já nas áreas mais abastadas, o Estado age mais no sentido de oferecer a esses centros as melhores condições de infraestrutura, com uma maior diversidade de transportes, praças, áreas de lazer.

No entanto, é possível afirmar que a qualidade de vida está em conjunto com a satisfação do cidadão. A satisfação está ligada à preservação e o cuidado. O acesso ao conhecimento e as condições favoráveis, como, ter disponíveis os serviços de saúde e demais necessidades pessoais e coletivo, ou seja, serviços prováveis que se eleva a qualidade de vida das pessoas, pode também elevar a qualidade do ambiente. Sendo assim, a pobreza acentuada pode refletir num ambiente abandonado, com seus recursos naturais esgotados e espaços depreciados.

Conclusão

É difícil afirmar que a pobreza pode estar ligada a depredação do espaço e equipamentos públicos, no entanto, pode-se concluir que a falta de educação é um fator que contribui para a falta de cuidado. E assim, o poder público deve investir na educação ambiental e patrimonial, intensificando as ações nos cuidados e preservação do espaço público, e até mesmo, contar com parcerias de empresas pública e privadas, com disponibilidades de materiais em escolas, hospitais, praças, palestras, eventos nas comunidades para promover a educação ambiental.

Compreendendo que o desafio é complexo, reforça-se que um dos principais papéis da educação ambiental é, de início, identificar as causas que distanciam o conhecimento e a prática para se planejar estratégias que possam minimizá-las, bem como, aproximar as pessoas da natureza e trazê-las para usufruir os espaços públicos em nome da sustentabilidade e do bem estar coletivo.

A população, de um modo geral, mas em especial as que habitam os centros urbanos, deve também ter o conhecimento para onde seu lixo está sendo destinado. Uma vez que, a gestão dos resíduos é do interesse de todos e passaria a transformar o lixo inútil em um lixo que possa ser reciclado e reaproveitado, obtendo valor e podendo novamente ser utilizado, e com isso, conscientizar o cidadão a fazer o descarte adequado.

Por fim, com conhecimento e um intenso trabalho de valorização e preservação dos espaços públicos, os resultados positivos irão aparecer. E para isso, facilitar práticas e

¹ Ver: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/ECONOMICAS/08-kpereiratrabalhocompleto.pdf

soluções para que as pessoas se desafiem a sair de sua zona de conforto são ações que farão fortalecer valores humanos como cooperação, respeito e solidariedade, contudo, o começo de tudo é levar a informação de maneira mais clara e convidativa para gerar mais comoção e a participação de todos e de todas as faixas etárias.

Referências bibliográficas

A preservação dos espaços públicos pela comunidade. **Redação O Nacional**, 2019. Disponível em: <https://www.onacional.com.br/cidade.2/2019/05/21/a-preservacao-dos-espacos-public.91088>. Acesso em nov. 2022.

BARBIER, Edward B. Poverty, Development, and Ecological Services. *International Review of Environmental and Resource Economics*, 2008.

CHIARINI, T. Pobreza e Meio-Ambiente no Brasil Urbano*. *Revista Economia Ensaios*, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, v. 21, n. 1, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/1552>. Acesso em: 13 dez. 2022.

LEONARD, H. Jeffrey (org). *Meio Ambiente e Pobreza: Estratégias de Desenvolvimento para uma agenda comum*. Rio de Janeiro: Delta Line Composições e Edições Ltda, 1992.

LOPES, Janete Leige; PEREIRA, Kelli Patrícia. **Pobreza X Degradação Ambiental: Existe correlação? uma análise estatística para o Paraná**. VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica, 2013. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/ECONOMICAS/08-kpereiratrabalhocompleto.pdf.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Segregação Urbana**. Uol, Mundo Educação. Disponível: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/segregacao-urbana.htm>. Acesso em nov. 2022.

PRATES, Marco. **Diferença de ricos e pobres se vê do espaço (e com o Google)**. *Revista Exame*, 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/diferenca-de-ricos-e-pobres-se-ve-do-espaco-e-com-o-google/>. Acesso em: nov. 2022.

PRESERVAR o patrimônio: uma questão de educação cidadã. **Professor Wendel, Hoje em dia**, 2021. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/opiniao/professor-wendel/preservar-o-patrimonio-uma-quest-o-de-educac-o-cidad-1.561264> Acesso em: nov. 2022.